Capítulo 74

O Brasil monárquico: o Período Regencial (1831-1840)

A fase da história brasileira iniciada em 1831 caracterizou-se por dois aspectos principais: intensa agitação social em todas as províncias, pondo muitas vezes em risco a própria unidade nacional; e grande efervescência política, primeiros ensaios da organização partidária que prevaleceria durante o Segundo Reinado.

D. Pedro de Alcântara, príncipe herdeiro aos 5 anos, só poderia assumir o governo ao completar 18 anos, como mandava a lei. Até lá, exerceria o poder um conselho de três regentes, eleitos pela Assembléia Legislativa.

1. Evolução político-administrativa

D. Pedro I rumava para Portugal. O Parlamento estava de férias. Até que voltasse a reunir-se e escolhesse os membros da *Regência Trina Permanente*, assumiu o poder um conselho provisório, que tomou algumas medidas para satisfazer os descontentes e acalmar o país:

- expulsou os estrangeiros do Exército;
- anistiou os acusados de crimes políticos;
- reintegrou o Ministério de 20 de março, cuja demissão havia provocado a queda de D. Pedro I.

Antes de escolher os novos regentes, o Parlamento tomou decisões sobre sua ação: não poderiam exercer o Poder Moderador, nem dissolver a Câmara ou conceder títulos e condecorações.

Para aplacar a revolta nas províncias, dandolhe mais autonomia, os liberais moderados defendiam reformas na Constituição de 1824. O *Ato Adicional*, de 12 de agosto de 1834, estabeleceu mudanças:

- criou as *Assembléias Legislativas* provinciais, com competência para legislar sobre assuntos de interesse de províncias e municípios;
- transformou a capital do país em *Município Neutro*, ou Município da Corte, independente da província do Rio de Janeiro, cuja sede passou a ser Niterói;
- estabeleceu a *Regência Una*: o regente seria eleito por voto popular para quatro anos de mandato;
- eliminou o Conselho de Estado.

Três grupos passaram a dominar a cena política:

- *restauradores* ou *caramurus*, comerciantes portugueses e militares que queriam a volta de D. Pedro I ao poder;
- *moderados* ou *chimangos*, contrários à descentralização e às reformas, que queriam a ordem, a continuação da monarquia e do voto censitário (baseado nos recursos econômicos), boas relações econômicas com a Inglaterra e a manutenção do Brasil como país agrícola e exportador;
- *exaltados*, *farroupilhas* ou *jurujubas*, favoráveis a reformas para melhorar a situação dos mais pobres, que reivindicavam: direito total de manifestação, regime republicano, voto para todos independentemente de suas posses, independência da Inglaterra, industrialização e autonomia das províncias.

Com a morte de D. Pedro I em 1834, os restauradores perderam sua bandeira de luta. Restaram moderados e exaltados, que lutavam ferozmente entre si, chegando à violência e à morte. Apoiados por grandes fazendeiros, os moderados levaram a melhor. Restauradores e exaltados pagaram caro pela oposição às regras estabelecidas. Prisão, exílio e perseguição eram coisas normais.

Os moderados se dividiram em dois grupos: *progressistas* e *regressistas*. Estavam de acordo no principal: manter a ordem a qualquer preço, esquecendo as reformas. Mas os progressistas eram favoráveis a concessões aos exaltados, como maior autonomia das províncias, o que aconteceu com o Ato Adicional de 1834.

Findo o período regencial, os progressistas formariam o *Partido Liberal* e os regressistas, o *Partido Conservador*. Eles se revezariam no poder até a República, mas defendendo os mesmos interesses, os dos grandes proprietários: eram, na expressão popular, "farinha do mesmo saco".

A Lei Interpretativa do Ato Adicional, que entrou em vigor em 12 de maio de 1840, no governo conservador de Araújo Lima, marca o início da reação centralizadora. Ela restringia os poderes das Assembléias Legislativas, pondo a Polícia Judiciária sob o controle do Poder Executivo central.

Os liberais dariam o troco em hábil manobra,

o golpe da *Maioridade*: anteciparam a maioridade de D. Pedro II de 18 para 15 anos. Os conservadores não tinham alternativa, a não ser apoiar. O país atravessava turbulências, com revoltas separatistas em várias províncias, que o governo não conseguia controlar. Liberais e conservadores viam no futuro imperador a única figura capaz de restabelecer a paz e manter a unidade nacional.

Antecipada a maioridade, em julho de 1840 os liberais substituíram os conservadores, que deveriam governar até 1842, e formaram o primeiro Ministério do Segundo Reinado.

Resumindo, foram estes os governos do período regencial:

- *Regência Trina Provisória* – abril-junho de 1831;
- *Regência Trina Permanente* – junho de 1831 a outubro de 1835;
- *Regência Una (Diogo Antônio Feijó)* – outubro de 1835 a setembro de 1837;
- *Regência Una (Pedro de Araújo Lima)* – setembro de 1837 a julho de 1840.

2. Um período conturbado

A renúncia de D. Pedro I havia representado a vitória dos liberais sobre os conservadores. Mas em vez de ordem e calma, trouxe mais divisões entre os grupos políticos. Rebeliões e revoltas sacudiram quase metade das províncias. Só a partir de 1845 se conseguiria consolidar a unidade nacional, com uma monarquia centralizada e conservadora.

As lutas entre liberais e conservadores nas classes dominantes constituíam permanente estímulo para as revoltas sociais, que chegaram a ameaçar a ordem escravista. Assim, as classes populares (trabalhadores livres e escravos) integravam-se na luta pelo poder, comandada pelos partidos políticos, e também lutavam contra os privilégios da aristocracia rural, exigindo melhores condições de vida.

Alguns movimentos pretendiam a volta de D. Pedro I ao trono (Ceará, Minas Gerais, Pernambuco); outros se insurgiam contra autoridades favoráveis ao ex-imperador (Pernambuco, Pará, Maranhão); e outros queriam separar-se do governo central (Bahia, Rio Grande do Sul). Os mais importantes ocorreram no Pará *(Cabanagem)*, Bahia *(Sabinada)*, Maranhão *(Balaiada)* e Rio Grande do Sul *(Guerra dos Farrapos)*.

Cabanagem (1835-1840)

Calcula-se que a mais violenta rebelião da Regência matou 30 000 pessoas no Pará (a província tinha 80 000 habitantes em 1819). Dois fatos associaram-se para dar início aos cinco anos de lutas sangrentas: o inconformismo de fazendeiros e comerciantes contra o presidente nomeado pelo poder central e a miséria da população. A maioria vivia em cabanas perto dos rios, daí o nome de *cabanos* dado aos revoltosos. Eles aderiram em massa à revolta. Na verdade, foram além do que pretendiam os líderes, pois transformaram a rebeldia das elites contra o poder central numa luta sem tréguas contra suas precárias condições de vida.

Em 1835, os cabanos ocuparam Belém. Três presidentes rebeldes se sucederiam. O primeiro foi o fazendeiro-comerciante Félix Malcher, que se proclamou presidente cabano. Acusado de traição e de jurar fidelidade ao imperador, foi morto pelo chefe militar dos cabanos, Pedro Vinagre, que assumiu o poder, mas abandonou o posto ante os ataques das forças do governo central, apoiadas pelo mercenário inglês John Taylor. Eduardo Angelim, jovem de 20 anos, tornou-se o terceiro presidente rebelde. Os cabanos, pouco mais de um ano depois de tomar Belém, tiveram de retirar-se para o interior. Os últimos rebeldes, mais de 1 000, só se entregaram no início de 1840, o ano da *Maioridade*.

Essa guerra civil, que liquidou mais de 30% da população paraense, proporcionou incríveis atrocidades. Arthur Reis, citado por Sérgio Buarque de Holanda em *História Geral da Civilização Brasileira*, relata que mesmo os suspeitos de rebeldia eram caçados como animais ferozes e sofriam suplícios bárbaros, que às vezes levavam à morte; também havia quem considerasse uma glória "trazer rosários de orelhas secas de cabanos".

Sabinada (1834-1837)

A Sabinada foi o momento culminante de vários movimentos rebeldes baianos contra as autoridades impostas pela Regência. O nome deri-

va do líder, o médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira. Não incluía a defesa de interesses mais populares: não pretendia libertar escravos, nem melhorar a situação da classe média descontente com o comércio português, tampouco concretizar idéias de intelectuais que pretendiam desenvolver as manufaturas. Nada disso.

Na Sabinada, juntaram-se fazendeiros e militares descontentes com baixos soldos e com a possibilidade de serem deslocados para o sul, a fim de lutar na Guerra dos Farrapos. A separação do governo central, proclamada com a formação da República Bahiense, só duraria até subir ao trono D. Pedro de Alcântara.

A repressão das forças do governo central se abateu com requintes de crueldade inimagináveis. Chegavam a incendiar as casas e lançar prisioneiros vivos ao fogo. Houve cerca de 600 mortos entre os legalistas e pouco mais de 1 000 entre os rebeldes.

Balaiada (1838-1841)

No início do século XIX, quase metade dos 200 000 maranhenses eram escravos. Grande parte do restante compunha-se de sertanejos miseráveis. Proprietários rurais e comerciantes controlavam o poder. O movimento revoltoso, que passou a exigir a demissão dos portugueses incrustados no Exército e na administração, recebeu o nome de Balaiada porque um de seus líderes se chamava Manuel Balaio. Vivia ele de fazer balaios, como milhares de artesãos que o seguiram.

Aos balaios, juntaram-se vaqueiros, comandados por Raimundo Gomes, o Cara Preta, e cerca de 3 000 escravos fugidos, chefiados pelo negro Cosme. Balaios, vaqueiros e escravos receberam o apoio dos liberais, pessoas ricas e de prestígio social. Estes acusavam o presidente do Maranhão de capacho do governo central e usavam a liderança popular para atingir seus objetivos, a conquista do poder.

Numa importante vitória, os balaios tomaram a vila de Caxias em 1839. Os rebeldes só foram dominados depois que, em 1840, o governo central nomeou presidente da província o coronel Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias.

A anistia decretada em agosto de 1840 provocou a rendição imediata de cerca de 2 500 balaios. Quem resistiu foi derrotado a seguir. Raimundo Gomes, o Cara Preta, entregou-se e, exilado para São Paulo, morreu no caminho. Cosme, chefe de um quilombo, não se entregou. Caçado, foi preso e enforcado.

A Balaiada foi um movimento de gente pobre e trabalhadora, como atestam os nomes-de-guerra dos revoltosos: Caninana, Corisco, Raio, Relâmpago, Ruivo, Tigre.

Guerra dos Farrapos (1835-1845)

Causas econômicas e políticas levaram os gaúchos a pegar em armas para tentar separar-se do Brasil, naquela que ficou conhecida como Guerra dos Farrapos por causa dos precários trajes dos rebeldes.

Pesados impostos oneravam os produtos gaúchos vendidos em outras províncias: charque, couro, muares. Os impostos diminuíam a capacidade de concorrência com mercadorias uruguaias, argentinas e paraguaias; e ainda eram cobrados muitas vezes no lugar de venda, ou seja, beneficiavam outras províncias.

Entre as causas políticas, estavam as lutas entre os *farroupilhas*, que queriam mudanças e mais autonomia, e os *chimangos*, favoráveis à situação. Havia também influência das idéias republicanas; os gaúchos eram bem vizinhos das jovens repúblicas do Prata: Uruguai, Argentina e Paraguai.

A revolta começou quando Bento Gonçalves, chefe farroupilha, exigiu a renúncia do presidente da província. Ocupou Porto Alegre e obrigou a Assembléia a nomear outro presidente. Em 1836, os revoltosos proclamaram a *República Rio-Grandense*, com sede em Piratini. Em 1839, conquistaram Laguna, em Santa Catarina, onde proclamaram a *República Juliana* (era mês de julho). Para liderar a conquista de Santa Catarina, os gaúchos convidaram o italiano Giuseppe Garibaldi, um lutador da unificação da Itália. Por terra, sobre carretas, ele conduziu dois navios de Porto Alegre a Laguna e pegou as forças imperiais de surpresa.

Somente em 1845, já no reinado de D. Pedro II, a paz voltou a reinar, por obra de Luís Alves de Lima e Silva, que havia pacificado o Maranhão. O futuro Duque de Caxias fez ofertas irrecusáveis aos farroupilhas: anistia para todos, incorporação dos oficiais revoltosos ao Exército imperial no mesmo posto, devolução de toda propriedade

ocupada ou confiscada durante a guerra, libertação de todo escravo que houvesse lutado ao lado dos farrapos.

A Guerra dos Farrapos foi a mais longa guerra civil brasileira. As lutas, violentas, duraram dez anos e provocaram muitas atrocidades e mortes dos dois lados.

3. Economia deficitária

O início do Primeiro Reinado coincide com o início do período, que se prolongou até 1860, em que o comércio exterior brasileiro foi quase o tempo todo deficitário. Isto é, importávamos mais do que exportávamos: estávamos sempre devendo.

Para pagar as dívidas, o país fazia empréstimos externos, solução que ia transferindo o problema para o futuro. Novos pagamentos eram acrescidos a título de juros e amortizações. O resultado era o contínuo aumento do desequilíbrio em nossas contas com o exterior.

Em nossas exportações, destacavam-se:

- *açúcar*, principal produto durante o Primeiro Reinado, era vendido a preços baixos, por causa da concorrência das Antilhas e do açúcar de beterraba; o *café* transformou-se em principal produto de exportação;
- *algodão*, que enfrentava a concorrência americana;
- *fumo*, *cacau*, *arroz* e *couro* não tinham tanta expressão e enfrentavam a concorrência americana (arroz) e platina (couro).

As importações incluíam *manufaturados* da Inglaterra, beneficiada ainda pelas tarifas privilegiadas de 1810; *trigo* dos Estados Unidos e da Europa; *produtos alimentícios* da Europa; *escravos* da África.

O Brasil enfrentava também escassez de dinheiro, resultante dos seguinte fatores: esvaziamento dos cofres pela família real, quando voltou a Portugal em 1821; indenização paga a Portugal para que reconhecesse nossa Independência; gastos com a guerra da Cisplatina e revoltas internas.

Por falta de recursos e máquinas, as indústrias não puderam desenvolver-se. A Inglaterra tinha substituído Portugal tanto no comércio como na criação de dificuldades para o desenvolvimento da indústria brasileira. O caso da indústria têxtil foi um exemplo típico. A Inglaterra, favorecida pelas baixas taxas alfandegárias, sufocou-a colocando aqui seus tecidos em melhores condições que os nossos e criando dificuldades para a importação de máquinas por brasileiros. Em 1840, mais da metade de nossos gastos com importação de manufaturados referia-se ao pagamento de produtos de vestuário.

A indústria de mineração só alcançou alguns progressos, no entanto, com ajuda de capitais ingleses.

Nas exportações, o café, que tomou a dianteira na Regência, lideraria por muito tempo, seguido de longe por outros produtos tropicais, como açúcar, algodão, couro e pele, tabaco, cacau, mate e borracha.

As dificuldades econômicas durante o Primeiro Reinado e a Regência atingiram mais as cidades que as grandes propriedades rurais, pois estas eram quase auto-suficientes. As crises se deviam aos empréstimos, à má administração e aos excessivos privilégios concedidos à Inglaterra, a potência capitalista da época. As dificuldades e a dependência aos ingleses não cessariam durante o Segundo Reinado. Pelo contrário, cresceriam.

Questões propostas

1. Quais foram os governos do período regencial e quais as suas principais características?
2. O que estabeleceu o Ato Adicional de 1834?
3. Quais eram as principais correntes políticas da Regência e quais suas idéias?
4. Que foi a Maioridade?
5. Resuma: Cabanagem; Sabinada; Balaiada; Guerra dos Farrapos.
6. O que caracteriza o comércio exterior, desde o Primeiro Reinado?
7. Que novidade surge na Regência entre os produtos de exportação?
8. Por que o Brasil tinha pouco dinheiro?
9. O que dificultou o desenvolvimento industrial?